

Criação e Reativação da Polícia Florestal no Distrito Federal de 1988 a 1990: Origens e Evolução da Polícia Militar Ambiental do Distrito Federal.

Fábio Pereira Margarido

Polícia Militar do Distrito Federal, Brasília, DF, Brasil

Instituto Superior de Ciências Policiais, Brasília, DF, Brasil

Resumo. As origens, legais, da atividade de polícia ostensiva da atual Capital da República Federativa do Brasil, se configuram com a transferência da antiga Capital, situada no Estado do Rio de Janeiro para o Planalto Central. Onde várias especializações de policiamento ostensivo foram sendo criadas, dentre elas a atividade de policiamento florestal. Após sua criação e funcionamento, veio a ser realocada, aonde suas atividades precípuas vieram a ser desvirtuadas, fato que levou, a atividade, ser encerrada por certo tempo. Após certo tempo, a atividade de policiamento florestal veio a ser reativada, fato que foi de fundamental importância para que seguisse seu curso e consolidasse sua existência, sua cultura e identidade na proteção ambiental.

Palavras chave: Polícia Militar, polícia florestal, atividade de polícia ostensiva ambiental.

Creation and Reactivation of the Forestry Police in the Federal District from 1988 to 1990: Origins and Evolution of Environmental Military Police of the Federal District.

Abstract. The origins, legal, of ostensive police activity of the current capital of the Federative Republic of Brazil, are configured with the transfer of the former capital, located in the State of Rio de Janeiro to the Central Plateau. Where several policing expertise ostensivo¹ were created, among them the forest policing activity. After its creation and operation, came to be relocated, where their core activities came to be undermined, a fact that led the activity, it is closed for a time. After a while, the forest policing activity came to be reactivated, a fact that was of fundamental importance to follow his course and to consolidate their existence, their culture and identity in environmental protection.

Keywords: Military Police, forest police, environmental ostensive police activity.

A origem da Polícia da Capital da Republica Federativa do Brasil.

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) é a Polícia Militar da capital da República Federativa do Brasil e, para tanto, reporta-se às origens da chegada e estabelecimento da família real portuguesa no Brasil e posteriormente, acompanhou a vinda do centro político do país, do antigo Distrito Federal na cidade do Rio de Janeiro, para o Planalto Central. Neste contexto, tanto a PMDF, como a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), datam sua criação desde 1809.


	<p>Decreto de 13 de Maio de 1809</p> <p>Crêa a Divisão Militar da Guarda Real de Policia no Rio de Janeiro.</p> <p>O Príncipe Regente faz saber a todos os suditos da Corte do Brasil que sendo de absoluta necessidade prover a segurança e tranquillidade pública desta heróica e mui leal Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, cuja população e tráfego teem crescido consideravelmente, e se augmentará todos os dias pela affluência de negócios inseparáveis das grandes capitaes; e havendo mostrado a experiencia, que o estabelecimento de uma Guarda Militar de Policia e o mais proprio não só para aquelle desejado fim da bôa ordem e sossêgo público, mas ainda para obstar as damnosas especulações do contrabando, que nenhuma outra providência nem as mais rigorosas leis prohibitivas tem podido cohibir: sou servido crear uma Divisão Militar da Guarda Real de Policia desta Corte, com a possível semelhança daquella que com tão reconhecidas vantagens estabeleci em Lisboa, a qual se organizará na conformidade do plano, que com este baixo assignado pelo Conde de Linhares, do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretário de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra.</p> <p>O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e o faça executar na parte que lhe toca.</p> <p>Paço Real da Corte no Rio de Janeiro em 13 de Maio de 1809.</p>
--	---

Figura 1. Decreto de Criação das Polícias Militares.

Fonte: Disponível em: <www.policiamilitar.rj.gov.br>. Acesso em: 30 de junho de 2005.

Já a concretização da atividade de polícia ostensiva, na atual Capital, se deu com a vinda, em 1965, de uma Companhia da PMERJ para formar a PMDF. Antes dessa da transferência efetiva alguns Oficiais vinham do Rio de Janeiro para Brasília assumir funções

específicas de Comando de Unidade, Chefia ou Direção e até mesmo o assessoramento junto ao Comando Geral e ao Governo local.

A transferência da Capital para o Planalto Central.

Para melhor compreensão verifica-se que a Constituição Federal de 1946, em seu artigo 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, apresentava a transferência da Capital da República para o Planalto Central. Contudo tal fato veio a ser consolidado somente em 1960 com sua inauguração. Com a vinda do Distrito Federal para o centro-oeste, houve também a necessidade de transferir toda sua organização político-administrativa, inclusive policial militar. A Lei nº 3.752 de 14 de abril de 1960 apresentava o seguinte dispositivo:

Art. 3º Serão transferidos ao Estado da Guanabara, na data de sua constituição, sem qualquer indenização, os serviços públicos de natureza local, prestados ou mantidos pela União, os servidores nêles lotados e todos os bens e direitos nêles aplicados e compreendidos.

§ 1º Os serviços ora transferidos e o pessoal neles lotado, civil e militar, passam para a jurisdição do Estado da Guanabara, e ficam sujeitos à autoridade estadual, tanto no que se refere à organização desses serviços, como no que respeita às leis que regulam as relações entre esse Estado e seus servidores.

Incluem-se nesses serviços a Justiça, o Ministério Público, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, os estabelecimentos penais e os órgãos e serviços do Departamento Federal de Segurança Pública, encarregados do policiamento do atual Distrito Federal. (GN)

Antes da inauguração de Brasília, como a Capital da República Federativa do Brasil só havia, no planalto central, uma grande área do bioma Cerrado, característico do centro oeste, que é o segundo maior bioma do Brasil. Para termos ideia da dimensão do atual Distrito Federal, várias fazendas pertencentes aos municípios de Planaltina, Luziânia e Formosa, foram desapropriadas pelo governo federal para dar início ao que conhecemos hoje. Isso reflete, atualmente, em diversos problemas fundiários.

No período de transição da Capital da República do Rio de Janeiro para o centro oeste, foi criado aqui no Planalto Central, em pleno Cerrado, os preparativos para iniciar um grande canteiro de obras. Em 19 de setembro de 1956, numa quarta-feira, o Congresso Nacional aprovou, após tramitação relativamente rápida, a Lei número 2.874, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, para a criação da denominada Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP que seria a responsável por todas as atividades da construção de Brasília.

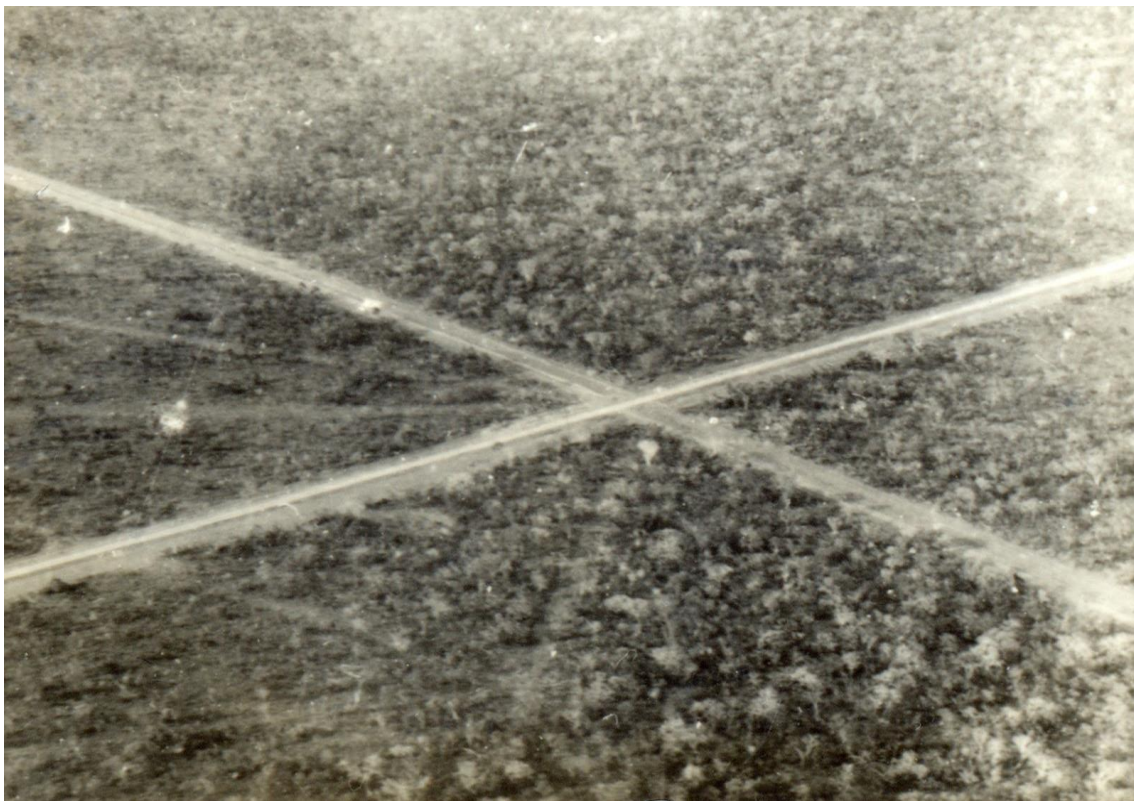
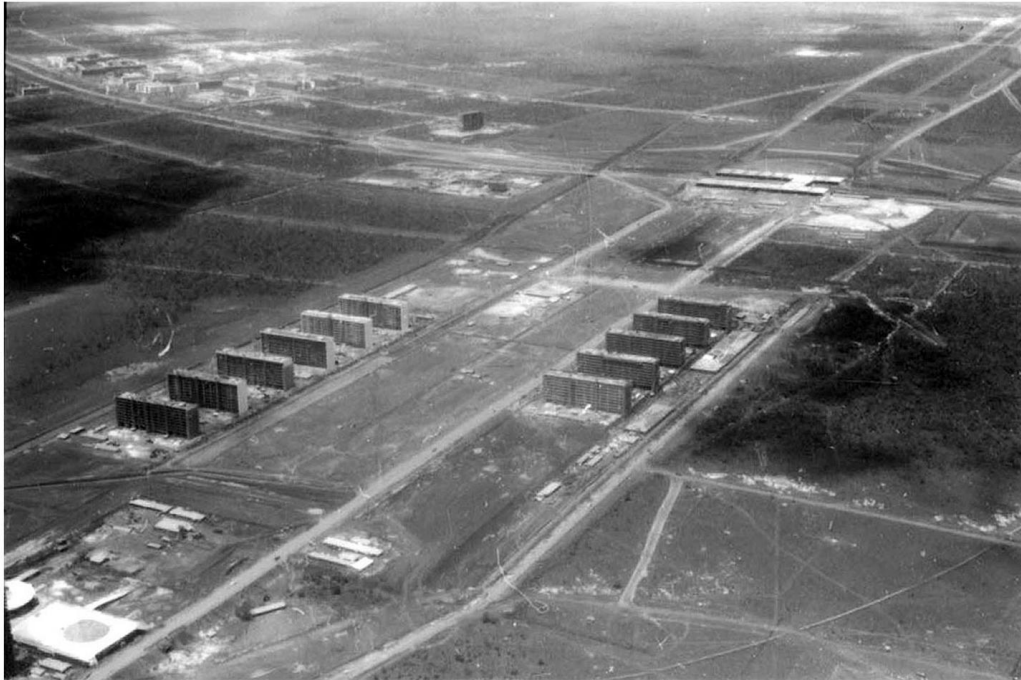


Foto 1. Cruzamento dos Eixos Monumental e Rodoviários. Brasília – DF. Em (1956-1957).
Fonte: ArPDF.

A logística necessária para a criação de uma cidade inteira foi grandiosa: homens e máquinas em grande quantidade foram necessários, e com essa aglomeração de aproximadamente 2.500 pessoas, resultados diversos poderiam ocorrer, como: pequenos delitos, bebedeiras, brigas, porte de facas e armas de fogo, pois para trabalhar na construção, vinham pessoas de todo o Brasil. Em primeiro de abril de 1957, foi inaugurado o aeroporto de Brasília, com pista pavimentada de 3.300 metros. Tal construção foi de grande importância para a Capital, pois facilitou a chegada de muitas máquinas e pessoas que antes se dava pelo aeroporto de Luziânia - Goiás. Por coincidência foi nesta mesma data que se inaugura o primeiro núcleo policial sob o comando do Coronel reformado Antonio Muzzi, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (Distrito Federal), antiga Capital.



ARQUIVO PÚBLICO DO DF
NOV.D.04.04.B.02 Nº 256
CONTEÚDO: VISTAS DA CIDADE - ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS,
PARTE DO CONGRESSO NACIONAL E ESTAÇÃO RODOVIÁRIA
LOCAL: BRASÍLIA-DF DATA: [1957-1960]
AUTOR: NÃO IDENTIFICADO

Foto 2. Vistas de Brasília

Fonte: ArPDF.

A mudança da Capital, para o centro do país, reporta o ideário de centralização da gestão do poder, fato que demonstra uma maneira de integração nacional das sociedades modernas. Ao estudar Giddens, verificamos que, *“à medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra”* – a natureza intrínseca das instituições modernas (GIDDENS, 1990, p. 12). A centralização do poder era fato que já ocorria em outras partes do mundo.

As origens da atividade policial na Capital do Planalto Central.

A NOVACAP dentre outras várias atribuições Institucionais também possuía, em sua organização administrativa, uma Divisão de Segurança Pública, segundo Teixeira:

No mês de janeiro de 1957, conversava com o Dr. Israel Pinheiro, em seu gabinete de trabalho no Rio de Janeiro, quando surgiu a idéia de ser instalado um policiamento oficial em Brasília, para manter vigilância sobre material pesado das companhias, que se achava espalhado pelo acampamento, pois, já havia ocorrido alguns casos de furto. Ficou, então, estabelecida a criação da “Divisão de Segurança Pública da Novacap”, isso aconteceu no dia 20 de fevereiro de 1957.

Ainda segundo Teixeira, esta Divisão era composta pela Guarda Policial que tinha atribuições de policiamento em áreas urbanas como a cidade livre e a sede da NOVACAP e suas autoridades, e seu chefe direto era Israel Pinheiro. Existia também a Guarda Rural da NOVACAP, que possuía atribuições nas áreas externas às áreas urbanas, como: assegurar e controlar da fauna e flora, os setores ligados à NOVACAP, controlar incêndios, policiар os acampamentos. Tudo que ficava aos arredores da área urbana. Seu chefe era Iris Meinberg. Desse modo originou o primeiro grupamento de policiamento florestal na Nova Capital do Brasil.

Pode-se sustentar que surge aqui o embrião da atual Secretaria de Estado de Segurança Pública e da Paz Social, do Governo do Distrito Federal.

Na sua relação de dependência e criação com a natureza, e novamente com o meio ambiente urbano ou modificado, o homem se apropria das funções essenciais dos instrumentos que utiliza e, por conseguinte, desenvolve por meio da apropriação da sua cultura e formação de novas capacidades, e novas cátedras intelectuais. De acordo com Markus:

[...] o processo histórico do trabalho é também o da criação e da acumulação de novas necessidades humanas. E isto porque a produção não é idêntica à satisfação, numa área sempre mais ampla e mediante objetos sempre renováveis, de necessidades biológicas estabelecidas, dadas, mas significa também, ao mesmo tempo uma produção de necessidades [...] por outro lado durante a produção, nascem necessidades totalmente novas e de origem social, necessidades que são ou individuais, ou sociais (MARKUS, 1974, p. 85).

Em 1987, o Chefe da Casa Militar do Governo do Distrito Federal, Coronel Rezende, havia recebido uma solicitação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), em Brasília, para que fosse implantado, no Parque Nacional de Brasília (PNB), um policiamento, de preferência com a utilização de cavalos (Policiamento Montado) para não se utilizar veículos e facilitar a mobilidade no interior do Parque, e teve início com efetivo reduzido: um Grupo ou um Pelotão, com aproximadamente, 12 (doze) policiais militares.

Para o seu devido cumprimento, esta missão foi conferida ao então 2º Tenente Adauto Gama, se deu pelo fato de ele ser o único Oficial Subalterno, lotado no antigo Batalhão de Guardas e ainda, ser oriundo da Arma de Cavalaria. O Tenente Adauto tinha suas origens no 2º RCG (Regimento de Cavalaria de Guardas), Regimento Andrade Neves, do Exército Brasileiro (EB) no Rio de Janeiro, e por possuir tais conhecimentos se encaixava perfeitamente no que o IBDF havia planejado para a criação de um policiamento montado no interior do Parque.



Foto 3. Reunião para discutir o início da atividade de policiamento ostensivo florestal no Parque Nacional de Brasília. Dia 21 de janeiro de 1988.

Fonte: Crédito: Jefferson Pinheiro/CB/D.A Press. Comandante Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, Coronel Almir Maia, à esquerda, e o Tenente Coronel Estevam Rezende discutindo sobre a questão do policiamento florestal no Parque Nacional de Brasília.

As atividades de proteção ambiental vêm se congregando ao longo dos tempos para um fim comum, que é o de manter os sistemas naturais vivos em funcionamento. Ainda que a formação e a construção de uma identidade, segundo Hall, sejam formadas de processos também inconscientes, na verdade outros fatores comungam para certa convergência e assim, também consciente, pois a utilização de animais de montaria visando minimizar impactos de compactação do solo se tornou viável, porém, em desuso ao longo dos tempos, onde:

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo ‘imaginário’ ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre ‘em processo’, sempre ‘sendo formada’.

Segundo o Coronel Adauto:

Aí eu consegui o material com o RPMont, como: sela, cabeçada e todo o equipamento e consegui inicialmente 12 (doze) policiais militares do RPMont que foram transferidos para o BG e destinados ao serviço comigo na Parque a meu comando, eles ficavam lá e a cada três vezes por semana fazíamos o patrulhamento no Parque.[...].

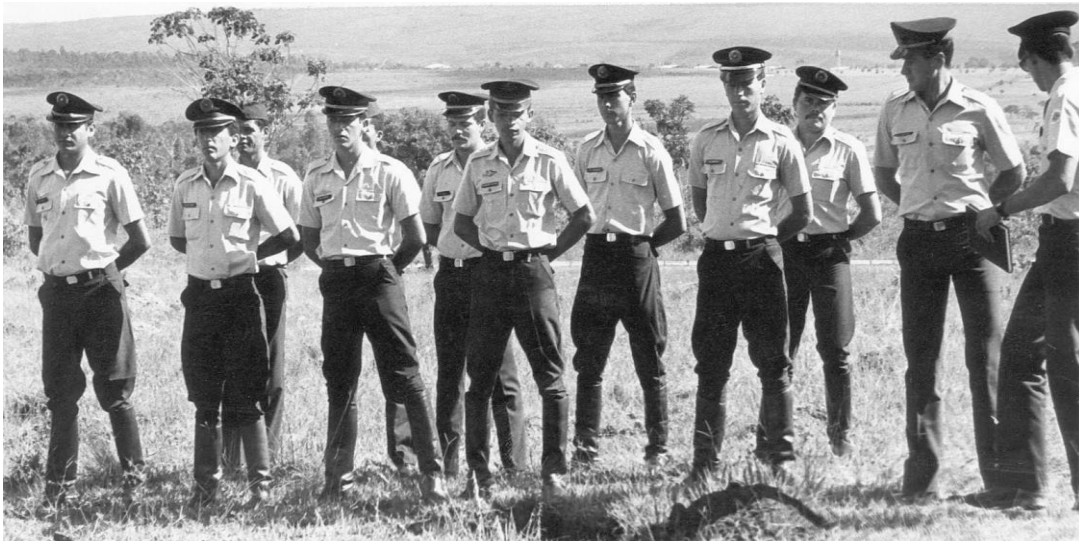


Foto 4. Primeiro grupamento de policiamento florestal do Distrito Federal. Dia 21 de janeiro de 1988. Fonte: Crédito: Jefferson Pinheiro/CB/D.A Press. Policiais militares responsáveis pela guarda da fauna e da flora do Parque Nacional de Brasília.

Naquela época, a ideia inicial era direcionar a criação de um policiamento no interior do Parque Nacional de Brasília somente. Naquele Parque, a incidência de incêndios, caça e pesca predatórias eram bem corriqueiras, pois além de servir como área de treinamento para militares integrantes do Exército Brasileiro, pelo fato do Parque ser limítrofe ao Setor Militar Urbano, em Brasília. A atuação e o ideário de proteção, da Polícia Florestal, nasceram de forma restrita ao Parque Nacional:

[...] não havia nenhuma intenção ambiental quando da criação, a intenção era somente a proteção do Parque Nacional que estava sendo depredado [...] Destruído, por que todo mundo que ia para lá o Caçador, o pescador e todos que ali iam visitar, enchiam a cara e faziam fogueira que lambia em fogo todo o Parque Nacional. As pessoas iam para lá para pegar animais para vender para levar para casa, bebiam muito sujavam o parque todo, largavam tudo por lá e o principal era a segurança do Parque. O IBDF tinha o efetivo reduzidíssimo de agentes lá e inclusive nossas patrulhas eram desenvolvidas lá sempre com uma guarnição composta por 01 (um) motorista do Parque Nacional, mateiros que estavam por lá há anos e 02 ou 03 Policiais Florestais para fazer as prisões ou pelo menos botar par acorrer.

No período compreendido entre 1965 e 1988 não se tem informações acerca das atividades policiais militares protetivas ambientais no DF, mas em 24 de janeiro de 1988 é publicada a matéria no jornal *Correio Braziliense*, com a seguinte manchete: *PM protege os animais e as árvores do Parque. Policiamento será feito em carros e cavalos. Utilização de ultraleve esta sendo estudada*. Na mesma matéria consta o seguinte:

Pequi, Pau-de-Papagaio, Pau-Santo, Canela-da-Ema, Ipê Amarelo, Buriti, Veado, Lobo guará, Tamanduá-bandeira, Tatu canastra, Capivara, Ema, Siriema, Papagaio,

Colheiro-rosado, Tucunaré. Esses são alguns representantes da fauna e flora silvestre existente no Parque Nacional de Brasília e que, a partir de agora, por mais estranho que possa parecer, farão parte do aprendizado de alguns policiais militares da cidade. Isto porque está funcionando, desde quarta-feira última, um grupamento especial da PMDF cujo objetivo é a preservação do Parque e proteção contra os depredadores do meio ambiente.

Ainda, de acordo com a matéria, a capacitação daqueles policiais militares ficaria a cargo do IBDF e seria direcionada para a identificação das principais espécies de fauna e flora existentes no Parque Nacional de Brasília. A mesma matéria traz ainda, as palavras do Administrador do Parque, a época, Gabriel Cardoso retratando as dificuldades em se fiscalizar toda sua extensão: *“Mas isto aqui é muito grande. Esse trabalho de fiscalização não rende nada. É praticamente impossível o fiscal detectar o infrator em determinado local e em determinada hora [...] Eu estou acreditando no trabalho da PM”*.

Ainda na mesma matéria consta também que,

Os cinco primeiros meses de Comando do Coronel Maia foram marcados pela introdução de novos meios de policiamento. Além das Kombis e do policiamento florestal, a PM está implantando uma companhia de policiamento em representações diplomáticas, o policiamento rural, o destinado à proteção de presídios e o policiamento da área do Congresso Nacional.

Nessa época houve ações de gestão de segurança pública, com foco policial militar, por parte do Comando Geral da PMDF e Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Pretendia-se ocupar espaços que já pertenciam à Polícia Militar e até então, não eram efetivados como o policiamento florestal, por exemplo, previsto desde 1969, com o Decreto Lei nº 667. Sua criação veio juntamente com a criação de outras Unidades Especializadas e serviços como: Rondas Ostensivas Candango (ROCAN), o Patrulhamento Tático Móvel (PATAMO), Polícia Rodoviária.

Como relatado pelo próprio Tenente Coronel Aduino Gama, a época da entrevista, para criar a heráldica, o símbolo e as cores da Companhia de Polícia Florestal, e a missão institucional, em Decreto, ele teve que pedir vários materiais a várias outras Polícias Florestais já existentes em outros Estados da Federação, como a PM do Estado do Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e outras. Nesses Estados, as Polícias Militares Florestais já se faziam presentes há mais tempo que no Distrito Federal. Tal solicitação era feita por carta, por telefone já que não se tinha, em 1998, internet ou e-mail ou outro meio mais veloz e mais seguro como temos atualmente.

Após isso, em 06 de junho de 1988, o jornal Correio Braziliense divulga uma matéria com a seguinte manchete *Parque agora tem maior segurança*, informando da inauguração do Centro de Visitantes do Parque Nacional de Brasília no domingo dia 05 de junho, e que foi

realizado o voo inaugural do Programa de Patrulhamento Florestal do Parque com ultraleves. Consta também que segundo Pizzatto – a época Diretor de Parques do IBDF – *O IBDF tem 11 milhões de hectares para proteger e dispõe de apenas 500 guardas florestais em todo o País*. Segundo ainda, a referida matéria, informa que,

O tenente Aduato, Comandante da Companhia Florestal da PM, disse que agora a pena é de reclusão (de um a três anos) para crimes de depredação do meio ambiente e caça e pesca no Parque. [...] O tenente Aduato contou a estratégia de muitos caçadores que, à noite, estacionam o carro nas cercas do Parque como se estivessem quebrados, vão à caça e retornam normalmente pela manhã. Agora serão surpreendidos pela fiscalização.

No Distrito Federal, a Companhia de Polícia Florestal foi criada pelo Decreto Distrital nº 11.124, de 10 de junho de 1988, vindo a cumprir o contido no artigo 2º Decreto 88.777, de 30 de setembro de 1983, que regulamenta a Decreto-Lei nº 667 de 2 de julho de 1969. Essa denominação foi ostentada até 2003, quando passou a ser chamada de Companhia de Polícia Militar Ambiental. De acordo com o Decreto Distrital de nº 23.955 de 1º de agosto de 2003.

Segundo Hobsbawm e Ranger, a invenção de tradições ocorre,

Quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as “velhas tradições” foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto do lado da oferta. (HOBSBAWN; RANGER, 1997, p. 12).

Pode-se observar que as atividades de policiamento ostensivo florestal iniciaram antes mesmo da criação da Unidade Especializada, Companhia de Polícia Florestal, e que não possuía o nome ‘Militar’. Cabe salientar que o primeiro ato administrativo da CPFlo, foi a publicação do Boletim Interno de nº 028 de 26 de julho de 1988, página 023, com a seguinte descrição,

Foi designado para as funções de Comandante da Companhia de Polícia Florestal o 1º TEN QOPM – ADAUTO GAMA DE OLIVEIRA FILHO, Matr. 00.443/X, conforme transcrito no BCG nº 138 de 25 de julho de 1988, Função de Capitão de acordo com previsto no “QO” “Quadro Orgânico” da UPM, a contar de 01 de Julho de 1988.



Foto 5. Primeiro grupamento de policiamento florestal do Distrito Federal.
Fonte: Arquivo pessoal do Coronel Aduino Gama de Oliveira Filho.

Nas fotos, de nº 04 e 05, encontramos o primeiro grupamento de Polícia Militar Florestal criado no Distrito Federal. A época, todos eram lotados no Regimento de Polícia Montada e foram emprestados para a execução das atividades florestais. Na foto de nº. 05, ao centro, de bigode e boina na mão esquerda, encontramos o Tenente Aduino Gama, que foi o primeiro Comandante daquele grupamento Florestal. Encontra-se ainda na foto o então Aspirante-a-Oficial Policial Militar Moretto, que foi o primeiro Subcomandante da CPFlo e o Sargento Arcanjo Rodrigues Lopes, Chefe do Destacamento. Aparece também o fiscal, a época, do IBDF, Jorge Lourenço, de camisa branca e calça jeans, em pé à esquerda, que até poucos anos atrás, ainda trabalhava no Parque Nacional de Brasília.

Em 19 de setembro de 1988, segunda-feira é publicada a matéria com a seguinte manchete: *Polícia Florestal pega comerciante de pássaros*. Constam as seguintes informações na matéria,

Cerca de duzentos pássaros que estavam sendo comercializados na tradicional Feira do Rolo, localizada no Centro de Cinelândia foram apreendidos e levados para 15ª DP juntamente com seus donos que todos os finais de semana vendem e compram as pequenas aves que são presas em gaiolas [...] A blitz foi realizada por 18 PMs da Polícia Florestal que foi criada recentemente, dez agentes do IBDF e alguns policiais da 15ª DP que planejaram o combate a este delito na semana passada.[...] Entre as aves apreendidas encontravam-se azulões, pintassilgos, patativas, galos de campina, pássaros pretos...[...].

No dia 13 de março de 1989, a sede da Companhia de Polícia Florestal sai do Parque Nacional de Brasília e se muda para a quadra 408, conjunto 01, casa 01 e 02, Samambaia – DF. Tal mudança se deu por motivos administrativos, em virtude da mudança da Direção daquele Parque. O Tenente Aduato comandou a Companhia de Polícia Florestal de 01 de julho de 1988 a 26 de abril de 1989, tendo passado o comando ao novo Comandante, o então Major do Quadro de Oficiais policiais Militares (QOPM) Adelson Lôpo da Silva, que comandou a CPFlo até o dia 22 de novembro de 1989.

Com a preocupação do Governo do Distrito Federal em assentar invasores de áreas públicas de alguns pontos do DF é que surge a Vila Roriz em Samambaia, Região Administrativa nº. XII. Com isso, é necessário também criar no local uma nova Unidade Policial Militar. Surge, então, a 2ª Companhia de Polícia Militar Independente.



Foto 6. Recorte de jornal sem cabeçalho, possivelmente Jornal de Brasília. Fotografo Wagner Bill.
Fonte: Arquivo pessoal do Coronel Aduato Gama de Oliveira Filho.

A criação da nova Unidade Policial Militar e o deslocamento do efetivo da CPFlo para aquela Região Administrativa fizeram com que a finalidade do policiamento florestal fosse colocado de lado e os servidores policiais militares passaram a executar o policiamento ostensivo do cotidiano de Polícia Militar e não mais especializado em florestal.

Comprova-se aqui uma quebra da cultura institucional na proteção ao meio ambiente, uma ruptura das atividades que vinham sendo construídas. Assim, a cultura identitária institucional é de fundamental importância para a consolidação de uma identidade funcional. Assim, Tradição é a continuidade de ações, é uma repetição de ações, de símbolos, mitos e

ritos e a transmissão de valores e passados por gerações, mas nem sempre científicos, nem sempre acadêmicos. A tradição sobrevive.

Não há qualquer registro das atividades de Polícia Militar Florestal no período de 23 de novembro de 1989 a 24 de agosto de 1990, data esta última que reporta a assunção do Capitão Sampaio.

Reativação da Polícia Florestal no Distrito Federal

Somente em 24 de agosto de 1990, é que a Polícia Florestal é reativada com a nomeação, para assumir seu Comando, do Capitão QOPM Ruy Sampaio Silva. Na mesma época a Diretoria de Ensino aprova plano do 84º curso de formação de soldados (CFSD) a funcionar conjuntamente na CPFlo e no 4º BPM, no período de 16 de julho a 21 de dezembro de 1990. Os policiais militares formados naquele Curso iriam ser lotados naquela Companhia Florestal reativada nas instalações do antigo Núcleo de Custódia, local até hoje ocupada pelo atual Batalhão de Polícia Ambiental.



Foto 7. Datada de 12 de setembro de 1990.

Fonte: Crédito: Jefferson Pinheiro/CB/D.A Press. Capitão da Polícia Militar, Ruy Sampaio, próximo a material de caça e pesca apreendidos pela Polícia Florestal.

No dia 06 de setembro de 1990, quinta-feira, o jornal Correio Braziliense divulga a seguinte manchete, *Polícia fecha a temporada ilegal de caça e pesca*. A matéria informa que 13 cavalos e 75 homens com uniformes novos, do tipo camuflado, estão sendo utilizados na atividade. Na mesma matéria, consta ainda o seguinte:

Vão perder todo seu armamento e utensílios de pesca, porque é isso que os 75 integrantes da Companhia de Polícia Florestal reativada ontem, estão fazendo para acabar com a caça e pesca nas áreas do Zoológico e da reserva de Riacho Fundo, que compreende aproximadamente 530 hectares de Santuário de Vida Silvestre, entre a Candangolândia, Aeroporto e o Plano Piloto [...] a Companhia de Polícia Florestal vem atuando há cerca de dois meses, período utilizado para a adaptação dos agentes ao local e treinamento para o combate à caça e pesca na região [...] Ontem o comando da Polícia Militar procedeu a entrega da corporação à comunidade, com a incumbência de proteger as reservas florestais e as áreas de proteção ambiental.

Para retratar ainda mais as questões de tradição observamos segundo Giddens, que, a tradição é contextual, gradativa, uma combinação de ritual e verdade formular. *É a verdade formular que torna os aspectos centrais da tradição intocáveis e confere integridade ao presente em relação ao passado* (GIDDENS, 1997, p.127).

A tradição percebida como dinâmica e não estática é, enfim, uma maneira de evitar choques entre diferentes valores e modos de vida, agindo como articuladora de atores e grupos sociais (incorporando relações de poder e naturalizandoas), entre as diferentes instâncias do mundo social.

Ainda citando as palavras de Giddens:

A tradição está ligada à memória, especificamente aquilo que Maurice Halbwachs denomina “memória coletiva”; envolve ritual; está ligada ao que vamos chamar de noção formular de verdade; possui “guardiães”; e, ao contrário do costume, tem uma força que combina conteúdo moral e emocional. (GIDDENS, 1997, p.127).

Com o advento do Decreto nº 23.955, de 1º de agosto de 2003, a referida Unidade passou a se chamar Companhia de Polícia Militar Ambiental. Na verdade, não há qualquer diferença, com relação à abrangência institucional entre Polícia Militar Ambiental ou Polícia Florestal, maior ou menor atribuição ou competência entre ambas. O que há realmente, na denominação de Polícia Florestal, é o fiel cumprimento do contido no Decreto-Lei nº 667, já citado. Já a nomenclatura ambiental vem acompanhar toda uma contextualização, toda uma tendência mundial ambiental.

Importante salientar aqui, que o instrumento normativo legal reafirma e consolida a atividade institucional protetiva ambiental na PMDF. O que é de fundamental importância no âmbito da administração pública.

De acordo com o princípio da legalidade, que nos mostra nitidamente o Decreto-Lei nº 667, Polícia Florestal é a denominação mais correta, porém, tal mudança do nome “Florestal” para “Ambiental” visa, somente, acompanhar a transformação mundial, como já descrito, pois o nome florestal ensejava uma percepção social de que tal Polícia somente existia para proteger a flora, fato que nunca ocorreu, como aqui descrito. A última Polícia Militar a mudar de florestal para ambiental, foi a do Estado da Paraíba.

Ao reportar ao mesmo período, ou relacionar o fator espaço tempo, cabe salientar que O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA foi criado pela Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989. O IBAMA foi formado pela fusão de quatro entidades brasileiras que trabalhavam na área ambiental, sendo elas: Secretaria do Meio Ambiente - SEMA; Superintendência da Borracha - SUDHEVEA; Superintendência da Pesca – SUDEPE, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF. [Grifo Nosso].

CONCLUSÃO

Informações importantes aqui foram apresentadas no intuito de se traçar um breve histórico da vida policial militar ambiental no Distrito Federal, para se comprovar que desde sua criação a preocupação com o caráter preventivo, educativo e protetor sempre estiveram presentes nas atividades desempenhadas.

A transmissão do conhecimento cultural deve sempre ser cumprida, onde posturas institucionais e históricas e não devem ser esquecidas. Fatos históricos devem ser consolidados e devem fazer parte de uma cultura usual Institucional. Os conhecimentos não podem ser perdidos, pois juntamente com ele se vai todo um passado. Toda uma história se perde sem ser transmitida, sem ser trabalhada.

Ao tratar da transmissão de conhecimento, reportamos a ideia de Maturana, onde:

[...] a diferença está no conhecimento possível. A diferença está no conhecimento disponível. E a disponibilidade do conhecimento é determinada pela emoção. O amor expande a nossa visão. O amor expande nossa visão, então vemos mais, ouvimos mais (MATURANA: 2000, p. 101).

Como seria possível um conhecimento disponível que resultasse na emoção de um saber e outros sentimentos diversos, se nossa história não é relatada, contada, se ela não é apresentada e nem mesmo difundida. Todo esse conhecimento se perde com o passar do tempo. Temos que nos conhecer, conhecer as nossas origens, nossa formação e nosso processo evolutivo no espaço e no tempo.

O presente é um seguimento do passado, e que vai refletir em um futuro a curto, médio e a longo prazo. Não podemos pensar que os espaços temporais ocorrem de forma dissociadas e independentes. O que se fez no presente refletirá em algum lugar e de alguma forma.

Ao sustentar aqui, as colocações de Donald Worster, onde: *a “História” da lugar às “histórias”*, verificamos verdadeiramente que o fator “tempo” não somente no sentido de

conhecimento cultural, mas também de amadurecimento cultural, ele é preponderante para amparar análises diversas dos fatos ocorridos e que poderão ser base para a tomada de decisões presentes e futuras. No mesmo sentido, “*a história conta muitas histórias de insensatez humana, de morte de declínio. Se optamos ou não por aprender com o passado, se escolhemos aprender ou ignorar esse passado, o passado é o nosso único instructor*”.

Todos os feitos do passado irão refletir em nosso presente e os feitos do presente, irão refletir em um futuro, não muito distante. A partir daí devemos expandir novos conhecimentos, novas perspectivas o que resultará condutas e posturas socioambientais, Institucionais e pessoais, protetivas de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e sadio para todas as espécies vivas.

REFERÊNCIAS

BRASIL . Constituição Federal de 1946 e 1988.

_____ . Lei nº 2.874 de 19 de setembro de 1956.

_____ . Lei nº 3.752 de 14 de abril de 1960.

_____ . Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969.

_____ . Lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984.

_____ . Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.

_____ . Decreto Distrital nº 1.287, e 02 de fevereiro de 1970.

_____ . Decreto Distrital nº 6.148, e 11 de agosto de 1981.

_____ . Decreto Distrital nº 6.827, e 23 de julho de 1982.

_____ . Decreto Distrital nº 11.124, de 10 de junho de 1988.

_____ . Decreto Distrital nº 14.664, e 25 de março de 1993.

_____ . Decreto Distrital nº 17.563, de 29 de julho de 1996.

_____ . Decreto Distrital nº 23.955 de 1º de agosto de 2003.

_____ . Decreto Distrital nº 31.793 de 11 de julho de 2010.

_____ . BRASIL. Boletim do Comando Geral da Polícia Militar do Distrito Federal.

_____ . BRASIL. Boletim Interno da Companhia de Polícia Florestal.

DANTAS, Adelaide Simone Navarro. **O papel das Polícias Militares junto à sociedade brasileira**. Inconfidência. Brasília: 1997.

GUIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. Editora UNESP da Fundação para o Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista (FYNDUNESP). São Paulo, 1991.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11^a. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBBSBAWN, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Jornal Correio Braziliense.
- MARKUS, Gyorgy. **Teoria do Conhecimento no jovem Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- MATURANA, Humberto. **Transdisciplinaridade e Cognição, in Educação e Transdisciplinaridade**, Nicolescu, Basarad. (org), UNESCO. Brasília: 2000.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**, 20^a edição, editora Malheiros, São Paulo: 1994.
- SILVA, Ernesto. **História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade**. 2^a edição. Senado Federal, Centro Gráfico, Brasília, 1985.
- TEIXEIRA, Hermes Aquino. **No tempo da GEB (1956-1960). Trabalho e violência na construção de Brasília**. Thesaurus, Brasília: 1996
- WORSTER, Donald. A Natureza e a Desordem da História. Em: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; e TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

Recebido: 06/01/2016

Revisado: 10/05/2016

Aceito: 12/06/2016

Fábio Pereira Margarido, Mestre em Política e Gestão Ambiental pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UNB), Brasil. Possui graduação em Segurança Pública, Curso de Formação de Oficiais, pela Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB) e possui graduação em Direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal (UDF). É Especialista em Direito Ambiental pelo UNICEUB, em Direito Público e em Direito Militar ambos pela Universidade Católica de Brasília (UCB) é Especialista em Gestão de Segurança Pública pela APMB. Professor do Instituto Superior de Ciências Policiais (ISCP) na disciplina: Direito Ambiental aplicado à policia ostensiva.
E-mail: fpmarg@hotmail.com.